

EDITORIAL

Este primeiro número de 2010 da Revista Ambiente & Sociedade é dedicado ao querido e já saudoso amigo Daniel Joseph Hogan, falecido em abril de 2010. Daniel compôs o grupo que participou da concepção da Revista, em meados dos anos de 1990, e desde então colaborou com artigos e como parecerista. Até o seu falecimento, era um dos coordenadores do projeto Megacidades, um amplo estudo sobre clima, solo, relevo e condições de vida de populações de cidades como São Paulo, apoiado pelo Programa FAPESP de Mudanças Climáticas Globais. Foi um pesquisador original, imaginativo e criativo, de espírito colaborativo, e vocacionado para a articulação e o diálogo interdisciplinar. Atuou como professor de demografia e pesquisador dos Núcleos de Estudos de População (NEPO) e de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Foi também pró-reitor de pós-graduação nesta Universidade, de 2002 a 2005. Em homenagem a Daniel Joseph Hogan, neste número, republicamos um artigo que já prestigiou o nosso volume 9, no segundo semestre de 2001: “*Demographic dynamics and environmental change in Brazil*”. Este texto revela o pioneirismo de Hogan na abordagem das fronteiras de conhecimento da temática ambiental, sintetizando a contribuição da demografia para entender as relações entre sistemas naturais e sociais, mostrando a importância de se avançar em pesquisas que abordem as relações entre população e meio ambiente nos principais biomas brasileiros, assim como a necessidade de novos marcos de referência.

Os seguintes temas integram o volume como um todo: dinâmicas demográficas e mudança ambiental; gestão integrada de recursos hídricos e uso do solo em bacias metropolitanas; mudanças na relação sociedade/natureza no espaço rural; conflitos entre proprietários rurais e exploração mineira em Portugal; visões sobre manejo em unidades de conservação; pesca artesanal e organização social; assentamentos rurais na Amazônia; arranjos produtivos locais e gestão ambiental; riscos e patrimônio cultural; pesquisas em gestão ambiental em âmbito universitário e exploração de petróleo e impacto ambiental.

Em seguida ao texto de Daniel Hogan, comentado acima, este volume de Ambiente & Sociedade apresenta o texto “A gestão integrada de recursos hídricos e do uso do solo em bacias urbano-metropolitanas: o controle de inundações na bacia dos rios Iguaçu/Sarapuí, na baixada fluminense”, de autoria de Paulo R. F. Carneiro, Adauto L. Cardoso, Gustavo B. Zampronio e Melissa de C. Martingi. O artigo trata da necessidade de integração do planejamento do uso do solo à gestão dos recursos hídricos, buscando estabelecer relações entre as formas de uso e ocupação do solo urbano e os problemas envolvendo as inundações urbanas.

O artigo de autoria de Osmar T. de Souza e Alfio Brandenburg, “A quem pertence o espaço rural? As mudanças na relação sociedade/natureza e o surgimento da dimensão pública do espaço rural”, mostra a importante mudança sobre o mundo rural que se observa atualmente, na medida em que deixou de ser visto apenas como um espaço privado para ganhar ares de espaço público. Como resultado da própria mudança verificada na relação

entre sociedade e natureza, analisa as suas implicações para as políticas de desenvolvimento rural, que têm como *locus* o rural metropolitano de Curitiba (PR).

O quarto artigo, “Exploração mineira, memória e resistência: as retóricas ecológicas populares no conflito entre pequenos proprietários rurais e indústria mineira no centro de Portugal”, de Pedro G. Silva, pesquisador português, aborda um conflito entre pequenos proprietários rurais e uma empresa mineira durante a década de 1970, numa aldeia do interior, região ao centro de Portugal. Analisa a oposição popular à extração mineira a partir da memória social da destruição dos recursos agrários e da paisagem. A par da conjuntura política dos anos de 1970, explora o papel dos elementos ecológicos na estruturação da retórica e da ação resistente. O artigo resulta de uma investigação que combina os marcos antropológico e histórico, onde a abordagem etnográfica beneficiou-se da pesquisa documental em arquivos de empresas, estatais e locais.

Rosane Prado e Helena Catão, no seu artigo “Fronteiras do manejo: embates entre concepções num universo de unidade de conservação”, tratam do antagonismo entre visões dos órgãos ambientais e visões de populações locais sobre reflorestamento. Para os primeiros, deve-se eliminar “espécies exóticas” com base em argumentos técnico-científicos visando à preservação da floresta. As populações locais refutam esses argumentos com base em valores próprios e usos práticos. O artigo trata de disputas em torno das propostas e procedimentos das autoridades do Estado do Rio de Janeiro, em 2007, para eliminar bambus e jaqueiras da área do Parque Estadual da Ilha Grande.

No sexto artigo, “Estética marítima pesqueira: perfeição, resistência e humanização do mar”, Cristiano Ramalho analisa a definição que os pescadores artesanais do mar-alto da praia de Suape (PE) realizam sobre seu trabalho, ao categorizá-lo de belo. O belo é associado ao trabalho pesqueiro feito com perfeição, de maneira autônoma e aprazível; o que se traduz em formas de humanização do mar e do modo de vida dos próprios pescadores, produzindo, assim, uma estética marítima pesqueira.

Em “Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental”, François-Michel le Tourneau e Marcel Bursztyń analisam a ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na Amazônia e mostram que esta revela um paradoxo: por mais que a ocupação humana daquela região fosse uma estratégia dos governos militares, é na fase democrática recente que a reforma agrária brasileira intensifica a instalação de agricultores em assentamentos. Questionam se a institucionalização de políticas de proteção do meio ambiente se revela contraditória com as práticas de proteção social que têm, na Amazônia, um foco de destaque num modelo de reforma agrária que provoca inevitáveis consequências ambientais.

No oitavo artigo, de autoria de Jacques Demajorovic e Ademir V. Silva, “Arranjos produtivos locais e práticas de gestão socioambiental: uma análise do pólo moveleiro de Arapongas (PR)”, os autores analisam os Arranjos Produtivos Locais (APL) que são frequentemente associados ao aumento da competitividade das organizações de pequeno porte e ao desenvolvimento econômico e social de regiões. Destacam que uma questão bem menos pesquisada é o papel destas configurações produtivas para a disseminação de práticas de gestão socioambiental nas micro e pequenas empresas. O trabalho analisa, por meio de

um questionário enviado a 113 empresas do pólo moveleiro de Arapongas, a contribuição do APL para a disseminação de práticas socioambientais.

O nono artigo, de Silvia H. Zanirato, “Experiências de prevenção de riscos ao patrimônio cultural da humanidade”, apresenta uma análise de duas experiências de investigação de riscos aos bens considerados patrimônio da humanidade. Uma delas realizada pelo Instituto Federal de Tecnologia do Peru e a outra pela equipe do Noah’s Ark, da Universidade de Bolonha. O exame de ambas pesquisas permite verificar distintas compreensões de patrimônio, formas diferenciadas de conceber a incidência de riscos aos bens, assim como algumas razões que podem explicar a dificuldade para a implementação de ações capazes de reduzir, prevenir ou evitar o impacto das ameaças sobre os bens apreciados.

Em “Pesquisas em gestão ambiental: análise de sua evolução na Universidade de São Paulo”, os autores Thiago H. K. Uehara, Gabriela G. P. Otero, Euder G. A. Martins, Arlindo Philippi Jr. e Waldir Mantovani mostram que o aumento da produção de pesquisas em gestão ambiental na Universidade de São Paulo (USP) ocorreu após conferências internacionais sobre ambiente e desenvolvimento, embora os primeiros grupos de pesquisa nesta universidade tenham se formado na década de 1980. Segundo o levantamento dos grupos de pesquisa que abordam a temática da gestão ambiental na USP, ligados às Ciências Sociais Aplicadas e aos temas produção, planejamento e economia, a instituição ainda é reativa a inserção da temática em seus programas, sendo a temática da gestão ambiental ainda periférica.

O último artigo que compõe este número, “Competência da União para a elaboração de “plano nacional das atividades de exploração de petróleo e gás natural” no Brasil”, de autoria de Rodrigo M. Vilani e Carlos José S. Machado, visa traçar as premissas básicas para a elaboração de um *plano diretor nacional*, tendo por escopo a orientação e o planejamento intertemporal da exploração dos campos petrolíferos brasileiros. Esse instrumento parte do reconhecimento do impacto ambiental do esgotamento dos reservatórios pelas atividades de exploração. A proposta procura fortalecer os instrumentos legais existentes e as políticas públicas de fontes alternativas de energia.

Por fim, apresenta-se uma resenha realizada por Rafael d’Almeida Martins sobre o livro de Robin Leichenko e Karen O’Brien, **Environmental Change and Globalization: Double Exposures**. New York: Oxford University Press, 2008. No livro de oito capítulos, as autoras apresentam e operacionalizam um marco conceitual e analítico intitulado “dupla exposição” (*double exposure* no original), para analisar as interações entre mudanças ambientais globais e globalização. Este marco ressalta os múltiplos tipos de interação entre os dois processos globais que compõem trajetórias de dupla exposição que levam a crescentes desigualdades e vulnerabilidades, além de processos acelerados de mudança e transformação em sistemas socioecológicos.

Os editores de Ambiente & Sociedade também consideram importante manifestar-se sobre um acontecimento que tem sido tão perturbador que nos coloca a necessidade de deixar de lado a nossa neutralidade acadêmica para posicionar-nos com firmeza. No primeiro semestre de 2010, fomos obrigados a acompanhar com preocupação um evento que a soberbia das grandes empresas que exploram petróleo *offshore* prometem que nunca

poderia acontecer. Mas aconteceu! Como se sabe, um dos pogos da British Petroleum (BP) no Golfo de México deixou vaziar milhões de litros de petróleo durante intermináveis semanas, levando a um prejuízo incalculável para um complexo ecossistema marinho e costeiro. Como se não fosse pouco o fato dos habitantes do planeta Terra serem condenados a assistir impávidos a inoperância do sistema político internacional para tomar medidas urgentes capazes de mitigar a mudança climática em andamento, a BP decidiu também dar-nos um exemplo da falta de cuidado com o meio ambiente com a qual se operam muitos dos sistemas *offshore* pelo mundo. A voracidade por obter o maior lucro a custo da segurança ambiental, por parte da BP, e a falta de regulação na área, por parte dos Estados Unidos, tornou possível um desastre que nunca devia ter acontecido. Se os Estados que autorizam a exploração *offshore* – dentro dos quais se encontra Brasil, como sabemos – não aproveitarem este desastre para estabelecer severas regulações na área, o desastre ambiental do Golfo de México terá sido em vão.

Ambiente & Sociedade coloca-se permanentemente o desafio de fortalecer o diálogo com os temas e as questões que mais confrontam nossa contemporaneidade e que demandam reflexão e posicionamento da comunidade científica, enfatizando a importância da perspectiva interdisciplinar como referência de produção do conhecimento.

Agradecemos aos leitores pelo reconhecimento de nosso trabalho de disseminação da produção brasileira e internacional, e à Cubo Multimídia e à Annablume pela viabilização editorial. Também agradecemos às instituições financiadoras e aos Editores Executivos pela incansável colaboração para tornar a publicação possível.

Desejamos a todos uma proveitosa leitura e contamos com os leitores como os principais multiplicadores da Revista.

Os editores